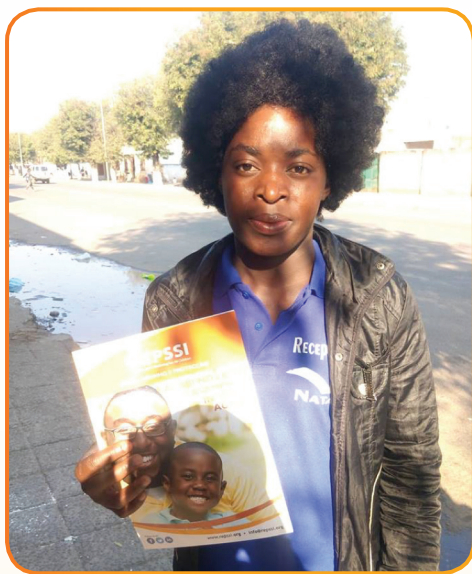


Angola

FACTOS SOBRE CASAMENTO INFANTIL E GRAVIDEZ PRECOZE

EX NOIVA DE CASAMENTO INFANTIL FALA DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DOS PAIS E DA MALDADE DO CASAMENTO INFANTIL



Natália Chicuma, Moxico-Angola

Natália é uma jovem de 25 anos de idade, nasceu e vive no Moxico. Ficou grávida aos 14 anos e por por isso forçada ao casamento. *“Os meus pais sempre ensinaram-me boas coisas, mas eu ignorava! Quando tinha 14 anos, conheci o meu namorado de 17 anos e daí comecei a fugir de casa saltando pela janela enquanto os meus pais dormiam, mas para enganá-los, eu embrulhava cobertores na cama de modo que eles pensassem que eu estivesse a dormir. Fiz isso durante cerca de três meses, altura em que fiquei grávida. Desde aquele momento a minha vida mudou completamente”,* contou Natália.

Natália e namorado ficaram bastante assustados com a situação e decidiram fazer um aborto, mas não tinham conhecimento suficiente para


o fazer nem onde fazer. O namorado de Natália conseguiu algum dinheiro e sugeriu à Natália que viajasse constantemente em caminhões de uma localidade para outra, eles acreditavam que devido ao mau estado das estradas ela ficaria sob estresse e conseqüentemente o aborto aconteceria, mas tal não aconteceu até aos três meses de gravidez, momento em que seus pais descobriram que Natália estava grávida! Então, os pais de Natália começaram por culpar um ao outro, tendo a mãe sido apontada como principal responsável pela situação.

Ambas as famílias (da menina e do rapaz) decidiram pelo casamento e o rapaz de 17 anos tornar-se-ia um marido, indo viver com Natália em casa dos seus pais juntamente com outros familiares. Quando Natália mudou-se para nova família passou a fazer muitos trabalhos domésticos ao ponto de lhe custar um aborto aos sete meses de gravidez. Quando o aborto acontece, Natália pensou que estava livre de um casamento infantil e decidida a mudar de vida, pois ela tinha apenas 14 anos, mas o mito e as questões culturais tornaram-se uma grande barreira para ela; segundo o mito ou tradição na sua comunidade, não podia haver separação diante de um aborto, mas apenas com um filho vivo! Esta situação forçou-a a engravidar novamente mas infelizmente abortou involuntariamente pela segunda vez, continuou tentando até que conseguiu ter um filho aos 17 anos.

Após o Nascimento do primeiro filho, os pais de Natália decidiram apoiá-la cuidando da criança, isto permitiu que ela voltasse aos estudos até concluir o ensino secundário. O seu marido também conseguiu terminar o ensino secundário. Agora com 25 anos, dois filhos e um emprego como recepcionista, Natália consegue ganhar a vida enquanto os avós ajudam a cuidar das crianças. Com uma terrível

memória dos acontecimentos, Natália está muito motivada em ajudar a sua comunidade sobre o quanto é mau não valorizar a educação dos pais e quão mau os adultos fazem forçando crianças ao casamento! Natália acredita que ela não teria vivido tal situação se lhe tivessem ensinado mais sobre os riscos do sexo pelos seus pais, mas o que realmente foi pior, é o mito dos adultos que a forçaram a permanecer na relação e engravidar em intervalos de tempo muito curtos com todos os riscos. Após ter duas crianças, os seus pais fizeram um recuo no seu comportamento, o que lhe permitiu ter continuado os estudos. *“Na escola aprendi a Biologia e aprendi mais sobre como funciona o meu*

corpo, sobre os riscos da gravidez precoce e de ter um filho muito cedo, muitas coisas que senti quando estava grávida e pensava que era feitiçaria, afinal não é, o facto é que meu corpo não estava preparado para ter um bebé”. A mudança de comportamento e apoio psicossocial por parte dos pais de Natália e o acesso à educação foram determinantes para mudanças na sua vida. Hoje ela mostra-se disponível para juntar-se à iniciativa da REPSSI e mobilizar outras raparigas da sua comunidade. Como primeiro passo levou à equipa da REPSSI ao encontro de seu parceiro, agora com 28 anos, e demais adolescentes para alinharem no mesmo caminho.



O UNICEF define o casamento infantil como o casamento formal ou a união informal entre uma criança (com menos de 18 anos) e um adulto ou outra criança. Tanto os rapazes como as raparigas sofrem as consequências do casamento infantil, mas a situação é pior para as raparigas.

Existem convenções jurídicas internacionais que proíbem o casamento infantil, como a Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança que, no seu Artigo 21, estipula que os Governos devem tomar todas as providências para pôr termo a práticas sociais e culturais nocivas, como é o caso do casamento infantil, que afectam o bem-estar e a dignidade das crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança não é específica quanto à questão do casamento infantil, mas o problema está intimamente ligado ao direito a protecção contra todas as formas de abuso, e a protecção contra práticas tradicionais nocivas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres são outros instrumentos que proíbem o casamento infantil. A Lei Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Protecção de Crianças Já em Casamento oferece orientações sobre práticas positivas que podem ser adoptadas ou adaptadas pelos Estados-Membros nas suas leis que abordam a erradicação do casamento infantil.

A campanha para acabar com casamento infantil em Angola foi lançada à 29 de Julho de 2014 pelo extinto Ministério da Família e Promoção da Mulher.

CASAMENTO INFANTIL, GRVIDEZ PRECOCE, ABANDONO ESCOLAR E QUESTÕES PSICOSSOCIAIS

A actividade sexual em idade precoce tem graves consequências para a saúde. O que se espera geralmente é que estas crianças venham a procriar pouco depois do casamento, o que as torna vulneráveis a complicações de gravidez e parto, incluindo fístulas obstétricas.

As crianças também são mais vulneráveis do que as mulheres maduras às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo o VIH.

A desistência escolar é tanto uma causa como um efeito do casamento infantil. Embora oportunidades limitadas de acesso ao ensino possam contribuir para este tipo de casamento, as raparigas casadas também são altamente susceptíveis de abandonar

a escola. Em consequência disso, o casamento infantil priva a criança do sexo feminino do seu direito a ensino formal, que é essencial para o seu crescimento académico, intelectual e pessoal. A falta de escolarização pode também afectar a sua capacidade de contribuir eficazmente para o seu próprio futuro, e para o da sua família e sociedade.

Como resultado do casamento infantil, é frequente que as raparigas sejam isoladas das suas famílias, redes de pares e actividades comunitárias, que são uma fonte fundamental do seu bem-estar social e emocional. Têm que viver com o estigma de se terem casado em tenra idade. O casamento infantil também reduz as oportunidades da criança do sexo feminino para desenvolver a sua própria identidade independente e um sentido de rectidão para afirmar os seus próprios pontos de vista. A vinculação social constitui uma componente essencial da capacidade de adaptação. O isolamento leva muitas vezes a um bem-estar psicossocial deficiente.

COMO A REPSSI RESPONDE AO PROBLEMA EM ANGOLA?

A REPSSI trabalha em colaboração com o Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher e o Governo da Província do Moxico para responder ao problema de casamento infantil e gravidez precoce.

De acordo com o Código da Família de Angola, apenas pessoas com 18 anos se podem casar. Todavia, a lei permite algumas excepções para que rapazes com 16 anos e meninas com 15 possam se casar mediante permissão dos tutores.

Desde 2017 mais de 16000 pessoas entre homens, mulheres, líderes comunitários e religiosos, adolescentes e jovens foram sensibilizados por activistas treinados pela REPSSI no Huambo, Huila e Moxico para pôr fim aos casamentos infantis. Em 2018 a REPSSI tem priorizado a campanha na província do Moxico onde mais de 6,000 pessoas foram sensibilizadas. As meninas em situação de casamento infantil ou gravidez precoce recebem apoio psicossocial por parte dos activistas e são

referenciadas aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

TRABALHO BASEADO EM EVIDÊNCIAS

No seu trabalho, a REPSSI colhe evidências e factos e propõe respostas para assegurar que rapazes e raparigas afectadas possam continuar a ter prosperidade no futuro:

A Pobreza incentiva raparigas ao casamento infantil

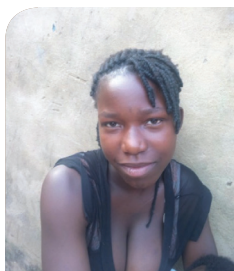
A pobreza expõem as raparigas à vulnerabilidade extrema, algumas raparigas revelaram ter tomado a decisão de engravidar para que fossem consequentemente forçadas a casar e desta forma livrarem-se da pobreza em casa e viverem em outras famílias que possam acudir as suas necessidades básicas.



MARIA, UMA RAPARIGA DE 16 ANOS na província do Moxico está no seu segundo casamento com um homem de 38 anos, ela decidiu ficar grávida porque já não aguentava mais a fome e a pobreza na sua família, mas o seu primeiro casamento foi aos 13 anos com um homem que a deixou e nunca mais voltou, tendo se sentido forçada a ter outro marido que a podia sustentar.

Falta de Educação sobre Saúde Sexual e Reprodutiva.

Várias raparigas iniciam a actividade sexual sem conhecimento das suas consequências e riscos, elas ficam concebidas e os pais decidem casa-las para honrar o nome da família, ou para aliviar a sua pobreza.



AZNAIDE, 15 ANOS, MOXICO

Comecei a namorar e a minha actividade sexual com um rapaz de 18 anos e daí fiquei grávida e ele rejeitou. A minha filha está apenas com 3 semanas de idade.

Eu frequentava a nona classe e tive de abandonar a escola logo que fiquei grávida. O meu pai já não fala comigo e não me dá nenhum tipo de apoio, ele culpa a minha mãe e eu pelo que aconteceu.



CLÁUDIA, 17 A ANOS, MOXICO

Fiquei grávida aos 14 anos, o meu namorado foi-se embora e nunca mais apareceu, não tenho apoio da família dele e não sei o que devo fazer para registar a criança.

A primeira reacção de muitos adolescentes é procurar um aborto, mas geralmente não têm dinheiro para suportar e isto os leva às opções mais inseguras. A REPSSI advoga pela facilitação do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Os activistas treinados pela REPSSI têm referenciado as meninas aos serviços materno infantil e de saúde reprodutiva.



Dra. Rodete Nele, Directora Clínica da Maternidade Central do Moxico tem se dedicado bastante à campanha, tendo participado da formação da REPSSI em mobilização comunitária para acabar com casamento infantil e gravidez precoce, o que tem facilitado o seu trabalho e da sua equipa.

EFEITOS SOCIAIS SECUNDÁRIOS

Falta de registo de nascimento para filhos de mães adolescentes.

A falta de registo de nascimento é um problema que afecta muitas crianças nascidas de mães adolescentes. A falta de informação, falta de apoio familiar e os conflitos dominantes sobre assumpção da paternidade e questões tradicionais estão entre as causas. Sem registo de nascimento, estas crianças são excluídas de outros direitos.

ENGAJAMENTO DAS AUTORIDADES LOAIS



O Vice-Governador para esfera político-social Dr. Alberto Maseca, relançou a campanha a nível da província em Março de 2018 aquando da abertura do seminário de formação dos activistas da província. No acto com mais de 200 participantes, entre militares, polícias, autoridades religiosas e tradicionais, apelou ao engajamento de todos para pôr fim aos casamentos infantis e gravidez precoce tendo relevando as consequências e custos que isto acarreta para saúde e desenvolvimento económico e social.